

67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CT-OS/CÍF - PÚBLICA

Aos dias vinte e um do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e dez minutos, presencialmente no Hotel IBIS Styles Aeroporto de Brasília, situado no Setor De ConcessionáriasAeroporto de Brasília, Lote 02, e virtualmente pela plataforma Microsoft Teams, e transmitida pelo Youtube: LINK YOUTUBE: [67ª Reunião Ordinária CT-OS](#), teve início a 67ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CÍF, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Dos participantes, membros, registro: Alessandra Zardo Venturin (SETADES/ES), Cláudia Dionísio Vieira (Prefeitura Municipal de Mariana/MG), Cláudia Fardin Soares Pereira (SETADES/Governo do ES), Jefferson de Araújo Pinto (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo), Joéci Benedita dos Santos Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Josiane Aparecida dos Passos (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG), Juliane de Araújo Barroso (Governo do Espírito Santo/SETADES/ES, coordenação CT-OS), Karolina Rodrigues Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Mariana/MG), Manoel Rodrigues Afonso (SEDES/MG- Regional Metropolitana), Márcia Carvalho Vieira (SETADES/ES), Maria Clara Sousa Mendes (SEDESE/MG), Melissa Costa Alcântara Moraes (Secretaria de Estado da Casa Civil de Minas Gerais - SCC), Milla Pião Moreira Vieira (Prefeitura Municipal de Linhares/ES, coordenadora do GT PPS), Nilzamara Rosa Tesch Oliveira (SEADES/ES), Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira (SEDESE/MG), Viviane Gonçalves Moreira (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG).

Convidados, Colaboradores, ATIs, Fundação Renova, Flacso: Carolina Berg (Ernest Young), Claudeny Domingos de Souza, Dhiego Pansini de Souza (Fundação Renova), Ernesto Luiz Pereira Filho (CSB), Felipe B. Giorni (Fundação Renova), Genilson Neves Barbosa (SIN Pesca-ES), Glaziane Aparecida Silva (Fundação Renova), Jaciel (SIND Pesca/ES), Jéssica Zopelari (Comissão de Atingidos de Aimorés/MG, Liberina Gomes - Lia da Pesca (SIND-Pesca/ES – Central Sindical - CSB), Lucas Neves da Paz Lima (Colônia Z-19; Colônia Rio Casca), Manoel Carlos da Silva (SIND Pesca), Maria Alice da Silva (Flacso), Mirna Lúcia de Almeida Corrêa (Consultora PG07), Noel (SIND (Pesca/ES), Pablo C. Teixeira (Secex/CÍF-IBAMA), Paula Vieira Gonçalves de Souza (Fundação Renova), Priscila Ohira (Fundação Renova), Renato da Silva Cardoso (MPA/colaborador convidado), Ronaldo Felício Moysés Filho (Fundação Renova), Silveira (SIND Pesca/ES), Tamyris de Oliveira Pereira Cardoso (SEPLAG/MG, Comitê Gestor Pro Rio Doce), Tatiana Aguiar (jurídico do SindipescaES), Thays Coutinho (Ernest Youg), Wellington de Almeida (ATI ASPERQD).

Dos participantes virtuais: Antônio 7 Cordas (Aimorés), Antonio Carlos (Comissão Atingidos Aimorés/MG), Armando (Aimorés), Benilde (Aimorés), Breno Jorge Buzolin (Fundação Renova), Cássia (ATI Itabira/MG), Cenilson Mendonça, Charleny Domingues (Fundação Renova), Cláudia de Oliveira Fontes (Fundação Renova), Cláudia Laureth Faquinote (Flacso), Dalila Pereira Rodrigues (Fundação Renova), Daniel Gutierrez, Daniela Bertulane (Governança Fundação Renova), Desirré Pignolati Mourão (Fundação Renova), Deyse Lourenço (Comissão de atingidos de Regência e Entre Rios), Drayton Alvarenga (Fundação Renova); Edson Crispim, Eduardo Perini (CT Bio), Eva, Hugo Tófoli (coordenador da CT-EI), Jonathas de Mello (Fundação Renova), Juliana Valori (SECEX/ES), Junia Zulske (Colônia Pescadores Gov. Valadares/MG), Leonardo Gusmão (Assessoria MPF), Lidiana Sandro Lenadro Rufino (Fundação Renova), Lorenza (Cáritas), Lydiane Guimarães Gomes (Fundação Renova), Marcelo Ferreira Leite (Fundação Renova), Marcelo Schiavini Cossati (advogado do Sindipesca), Márcio de Freitas (SEAMA/ES), Margareth Batista Saraiva (Secex – ES), Mariana de Macedo, Mateus (FG/SP), Meire Cristina Teodoro Gomes, Paulo, Pedro Daniel Strozemberg (Ouvidoria Fundação Renova), Renato Correa de Oliveira, Renato Miranda Carvalho (Secex/CÍF), Ricardo Sérgio Dias Ângelo (SCC/MG), Rodolfo Zuske (Colônia Z-19), Rodrigo Carneiro, Rômulo Bonnes (Comissão dos Atingidos de Barra Longa/MG), Sebastião Ventura, Simone Nunes (Comissão Territorial 1), Soraya Benetti (Flacso), Tiago.

1. Abertura da 67ª Reunião Ordinária da CT- OS

Pauta	Discussão
<p>1.1. Abertura, apresentação dos presentes.</p> <p>1.2. Considerações iniciais e leitura da pauta</p>	<p>A senhora Juliane de Araújo Barroso, representante da SETADES/ES e coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo a participação de todos (as). Enfatizou o papel sistematizador da Câmara Técnica das demandas e percepções das pessoas, especialmente dos atingidos, cujas sistematizações subsidiam o CIF em suas deliberações. Após apresentar as regras de participação fez uma rodada de apresentação dos presentes e leitura da pauta, que está disponível no site do IBAMA. Informou que serão tratados três assuntos: a) situação de moradias em Barra Longa/MG e em outros municípios; b) Deliberação 767 - pescadores de Vitória, c) Pescadores e pescadoras do leste mineiro, d) Aprovação de Nota Técnica e e) Deliberação 58. A coordenadora informou que os dois primeiros pontos estão sendo tratados de maneira articulada com outras Câmaras Técnicas. Sendo o primeiro com a CT Infra e a segunda com CT EI e CT BIO. Inclusive foram elaborados ofícios em conjunto e endereçados a Fundação Renova. Acrescentou que são pontos recorrentes na CTOS e nas plenárias do Comitê Interfederativo (CIF) Informou que a ata da 66ª RO da CTOS será apresentada para aprovação na 68ª RO. A coordenadora ressaltou que os convites para apresentação das temáticas foram feitos com antecedência. Saudou os coordenadores das Câmaras envolvidas nas discussões através da intercâmaras: Hugo Tófoli, da CT-EI, e Frederico Martins da CT BIO (e também ao Joca e Eduardo).</p>

2. Desenvolvimento da Pauta

Pauta	Discussão
<p>2.1. Situação de Barra Longa/MG – moradias</p>	<p>A coordenadora da CT OS convidou o sr. Rômulo Bonnes para apresentar sobre a situação das moradias de famílias impactadas. O Sr. Rômulo relatou já terem feito diversas reuniões com a CT Infra sobre as casas destruídas ou avariadas pela lama. Informou que algumas famílias foram colocadas em moradias temporárias e suas casas foram reformadas, porém as casas atingidas permanecem em condições precárias, apesar das reformas. A passagem de caminhões e maquinários afetou a estrutura de outras casas – causando trincas e rachaduras. Algumas famílias foram retiradas, mas outras permanecem em situação de risco, nas casas sem condições de habitabilidade, colocando as pessoas em risco de vida, especialmente nos períodos chuvosos, quando as enchentes acontecem.. Mesmo com laudos da defesa civil não se está conseguindo o deslocamento das famílias para moradias temporárias. A indenização ofertada é insuficiente para construir uma moradia fora da área de risco. Ressaltou que no dia 04/09/2024 fechará o prazo para que as famílias aceitem a oferta da indenização e solicitou apoio das CTs para encaminhar a situação. Juliane Barroso informou sobre a recepção de documentos a respeito do caso pela Comissão de Barra Longa e reitera o ofício conjunto CT OS e CT INFRA endereçado a Fundação Renova.. Mirna Corrêa, colaboradora convidada, perguntou pela interação entre os órgãos sobre a proteção social – Assistência Social, Secretaria de Obras, Defesa Civil, Fundação Renova. Viviane Moreira, Prefeitura de Barra Longa, informou que o plano de proteção social foi encerrado em fevereiro e a partir de então não conseguem mais acessar a equipe da Fundação Renova. Mirna Corrêa sugeriu realização de reunião intersetorial. Maria Clara, SEDESE/MG, perguntou sobre o quantitativo de famílias impactadas. Alessandra</p>

Zardo (SETADES) sugeriu chamar a Defesa Civil para apoiar. Tamyris Cardoso (SEPLAG/MG) informou que a questão está sendo tratada pela CT Infra. Solicitou à Fundação Renova disponibilizar estudo e informações sobre a situação. Milla Moreira, representante da Prefeitura de Linhares, questionou a Fundação Renova sobre a continuidade do acompanhamento aos municípios após a finalização do plano de proteção social, pois avaliou que o plano se encerrar não significa o encerramento da reparação. Rômulo Bonnes considerou que as famílias que tiveram suas moradias afetadas tem direito à moradia temporária assegurado pela deliberação 190. Pedro Daniel Strozenberg, representante da Ouvidoria, relatou já terem recebido comunicados sobre as moradias em Barra Longa e mencionou o desafio de intervenção nos espaços onde a pluma não varreu diretamente, e informou que a Ouvidoria já recebeu informações sobre umas 45 situações em Barra Longa. Acrescentou que a Fundação Renova informou ao CIF que está tratando da situação, que extrapola o Eixo 4, pois são impactos para além das trincas, impactos diretos da lama. Considerou que o desafio persiste e precisa ser enfrentado com urgência. Glaziane (Fundação Renova) informou que a Fundação Renova está aberta para conversar sobre as situações e estão respondendo ao ofício enviado. Propõe definição de agenda para fazer interface com as outras organizações e programas e definir encaminhamentos para os casos pendentes. Paula Vieira, Fundação Renova, informou que estão preparando resposta ao ofício enviado pela CT-OS, e informou que a Fundação Renova está ciente da situação e concordou com a interface com a CT Infra. Viviane Gonçalves, Prefeitura de Barra Longa, apontou que reformas foram feitas em moradias situadas em rua condenada para onde as famílias não podem retornar. Paula Vieira, Fundação Renova, solicitou que, em toda correspondência enviada para a governança/Fundação Renova sobre a situação de Barra Longa se coloque Priscila Ohira e Glaziane em cópia e mantenha a inclusão do Núcleo. Mirna Corrêa sugeriu envolver todas as áreas afins na busca de soluções. Juliane Barroso informou envio de ofício conjunto da CT-OS e CT Infra à Fundação Renova (Ofício nº 38/2024/CT-OS-CIF) sobre a questão das moradias em Barra Longa e agradeceu a parceria da coordenadora Juliana Ferraz. Relatou que no ofício se buscou informações sobre o número de imóveis identificados com patologias, o enquadramento das situações das casas, a tipificação dos imóveis afetados, se são residenciais, ou comerciais, localizados em área urbana ou rural, o que pode afetar a percepção que se tem do dano e a valoração de uma eventual indenização. No ofício se perguntou, também, sobre a descrição de todas as possibilidades de tratamento dados às patologias identificadas, se há um período previsto de acompanhamento após o tratamento. Outro questionamento foi quanto ao número de famílias e pessoas impactadas e se estão cadastradas no PG 01, qual a estratificação detalhada das famílias afetadas por idade e sexo. Mencionou o injusto processo de invisibilidade de muitas mulheres. Solicitou informações sobre o número de famílias que demandam por moradias temporárias - aluguel social, número de famílias que receberam compensação financeira, e descrição dos procedimentos de diálogo estabelecidos com as partes demandantes. Juliane Barroso ressaltou, ainda, a importância da transversalidade e da intersetorialidade no trabalho social. Mencionou a parceria entre as Câmaras e ressaltou a interface com a CT PDCS, que monitora o CIA e o PG06. Paula Vieira, Fundação Renova, relatou que envolveu os diversos programas para a elaboração da resposta ao ofício – o cadastro, os programas da proteção social e os programas da CT Infra, atuando em intersetorialidade na Fundação Renova. Karolina Vasconcelos, Prefeitura Municipal de

	<p>Mariana/MG, mencionou a desmobilização das empresas e solicitou esclarecimentos sobre a interface com os municípios e o envio do mapeamento para acompanhamento. Qual seria o impacto social e econômico com a desmobilização? Apontou que a desmobilização afeta Mariana e todos os territórios do entorno. Paula Vieira sugeriu colocar como encaminhamento a complementação da resposta enviada à CT-OS. Juliane citou diversos municípios afetados como Barra Longa: Monsenhor Horta, Mariana, Rio Doce, Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado, Acaiaca, Linhares, Rio Doce, Sooretama e ressaltou a importância de se buscar soluções não só para a situação de moradia em Barra Longa, mas para todos os municípios impactados, e sugeriu que a Fundação Renova responda à Mariana e a todos esses municípios como está sendo o plano de desmobilização das empresas. Viviane Gonçalves informou que há um plano de contingência elaborado em Barra Longa, pela Defesa Civil.</p>
Encaminhamento E67.01	<p>A Fundação Renova enviará o mapeamento e o plano de desmobilização das empresas contratadas nos territórios, e complementar as informações sobre a desmobilização das empresas nos diversos territórios afetados, informando quais são as empresas, quais são os territórios, os impactos sociais e econômicos, o quantitativo de pessoas afetadas e sobre o trabalho que está sendo realizado.</p> <p>Karolina Vasconcelos enviará minuta de ofício detalhando a solicitação, que será encaminhada à Fundação Renova</p>
Encaminhamento E67.02	<p>A CTOS em parceria com a CT INFRA e CT PDCS elaborarão Nota Técnica conjunta sobre a situação de Barra Longa/MG, após levantamento de documentos afetados.</p>
Encaminhamento E67.03	<p>O município de Barra Longa e a Fundação Renova se reunirão até o final de agosto para tratar da situação das moradias no município.</p>

2.2. Deliberação, 767 de fevereiro de 2024

Pauta	Discussão
Contextualização, exposição, diálogo	<p>A coordenadora CT OS relatou que a Deliberação 767 constitui um GT Intercâmaras – CT-OS, CT BIO e CT-EI que já realizou duas reuniões, coordenadas pela CT-EI e agora a CT-OS assumiu a coordenação desse GT. Liberina Gomes (SIND Pesca - CSB) relatou que dia 13/01/2017 foram na (justiça/polícia) federal comunicar, anexando o edital, que estava sendo registrado um sindicato para receber indenização da Fundação Renova, que apesar de estar ciente da situação assinou acordo ao qual Liberina informou não ter tido acesso. Protocolou ofício também na Fundação Renova e acionou o Judiciário. Mencionou que os pescadores foram excluídos do TTAC e que o sindicato tem acompanhado todas as reuniões do CIF. Relatou que o pescado no ES acabou, os pescadores estão sem trabalho e adoecidos. Clamou por justiça, para que os pescadores recebam indenizações dignas. Que o sindicato criado depois do SIND PESCA conseguiu fazer acordo e o Sind pesca tem sido excluído. Solicitou apoio para que recebam indenizações e agradeceu a oportunidade. Juliane Barroso relatou que esse assunto persiste apesar do cansaço dos mandatários. Ressaltou a importância de se pensar caminhos para a definitividade. Jóeci Lopes, Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, questionou a permissão dada para criação de um novo sindicato, reconhecendo apenas uma categoria de pescadores e sabendo que já existia um sindicato representando os pescadores dentro do território de Vitória, todos das áreas atingidas. Solicitou que a Fundação Renova emita um parecer sobre a situação. Renato Cardoso, representante do MPA, relatou que o acordo foi mediado pela Defensoria do estado do Espírito Santo e a discussão não passou pela CT-OS. O CIF elaborou Deliberação CIF 767/2024</p>

determinando que houvesse uma Intercâmeras entre CT-OS, CT - EI e CT BIO para que os pescadores de Vitória fossem atendidos e as reuniões do GT Intercâmeras passaram a acontecer desde maio de 2024. Renato Cardoso informou que apresentou dados sobre os pescadores do ES, MG e Bahía para subsidiar as discussões, quando se evidenciou a existência dos dois sindicatos. Informou que os pescadores se dividem em artesanais e industriais e que os camaroeiros são pescadores industriais. Levantou a questão de que os pescadores podem ou não ser filiados a sindicatos, ou associações ou colônias. Considerou que a Deliberação CIF 767/2024 precisa ser corrigida, explicitando o tipo de pescadores – artesanais e ou industriais e abrangendo os pescadores de outras localidades, além de Vitória. Sugeriu fazer uma NT intercâmeras e enviar ao CIF solicitando as correções. Juliane Barroso informou que foi encaminhado à Fundação Renova um ofício assinado pelas três CTs e convidou a Fundação para se manifestar. Paula Vieira, Fundação Renova, solicitou detalhamento do que se pede no ofício. Juliane Barroso apontou que a grande reivindicação é o reconhecimento dos atingidos e indenização. E perguntou pelo caminho a ser trilhado para a solução dessa questão antiga, que não é só de um município. Hugo Tófoli, coordenador da CT-EI, saudou os presentes e informou que o GT Intercâmeras passou a ser coordenado pela CT-OS e que foi acordado que as reuniões deveriam ser realizada antecedendo as reuniões ordinárias da CT e em Vitória para permitir a participação dos pescadores. Paula Vieira, Fundação Renova, relatou que está aguardando encaminhamentos do GT no sentido de convite à Fundação Renova para participação nas reuniões. Hugo Tófoli relatou a realização de duas reuniões, uma de instalação do GT e definição de cronograma, e num segundo momento de escuta e levantamento de informações, desenvolvendo assim um trabalho interno, por isso sem convite à Fundação Renova. Em novas reuniões haverá escuta dos pescadores e emissão de NT. Ressaltou que desde o primeiro momento o entendimento é de que a coordenação seja da CT-OS, pois a questão perpassa programas de sua competência, tais como Cadastro e indenizações, e as outras CTs contribuirão tecnicamente para os debates. Juliane Barroso informou que as duas primeiras reuniões foram realizadas nos dias 10 de abril e 07 de maio/2024 e próxima reunião do GT Intercâmeras será no dia 18/09/2024, em Vitória/ES. Reafirmou o interesse em resolver a questão, considerando sua complexidade e a importância da articulação entre as câmaras. Paula Vieira, Fundação Renova, questionou se o pleito é o reconhecimento de pescadores para além dos camaroeiros, que já foram reconhecidos pela Fundação Renova e solicitou acesso aos estudos da UFES. Hugo Tófoli relatou que na coleta de informações identificaram o estudo da UFES – monitoramento pesqueiro. Fizeram escutas de membros da CT-OS, objetivando juntar elementos para subsidiar a decisão do CIF, através de uma Nota Técnica. Liberina, SINPESCA, avaliou que a FR sabe, que os pescadores foram atingidos, os laudos já comprovaram a contaminação do pescado e a pesca está proibida, o acordo que foi feito, pois pagaram os camaroeiros, sabendo da existência dos pescadores, que possuem comprovação. Renato Cardoso relatou que nem todos os camaroeiros receberam, somente os que comprovaram que estavam trabalhando em área contaminada, apresentando os mapas de bordo. Mirna Corrêa, colaboradora convidada, relatou que o MAPA forneceu documentações, por solicitação da Defensoria Pública. Paula Vieira informou que dará retorno ao ofício. Hugo Tófoli, coordenador da CT-EI, relatou que na segunda reunião do GT Intercâmeras foram definidos 08 encaminhamentos, dentre os quais os componentes fariam levantamento de informações em seus respectivos órgãos, monitoramento da biodiversidade, dados sobre as frotas, dados sobre a pesca existentes no MAPA, solicitar ao Sindpesca indicação de dois participantes no GT. Após a consolidação das informações, solicitar pauta ao CIF. Juliane Barroso sugeriu ajustar a denominação da Deliberação 767 – pescadores de Vitória. Tatiana Aguiar do Sindipesca relatou que a comprovação com o mapa de bordo não foi exigida, devido à informalidade da categoria. Relatou que formalidade e a tecnologia só chegaram na área da pesca, recentemente, no fim do ano passado, até quando era feito manualmente e os registros se perderam. Apontou que o acordo foi feito com camaroeiros, mas considera ser esta uma categoria inexistente, pois pescador

	pesca tudo, inclusive camarão. Acrescentou que o Dr. Felipe, procurador do estado de Minas Gerais, concedeu a cópia desse acordo e lá destaca, inclusive, que em função da informalidade, o mapa de bordo não seria exigido. Ronaldo Moysés, Fundação Renova informou que antes do acordo foi criado um GT que reuniu instituições de justiça e órgãos do governo, tendo participado desse GT a Defensoria Pública do estado do Espírito Santo, Defensoria pública da União, Ministério Público Federal, ICM bio, Ibama e o MAPA. Sugeriu que essas instituições, que foram signatárias deste acordo, juntamente com a Fundação Renova, possam contribuir com o GT Intercâmaras.
Encaminhamento E 67.04	Reaslizar Reunião do GT Intercâmaras no dia 18 de setembro de 2024, presencialmente, em Vitória/ES
Encaminhamento E 67.05	Revisar a terminologia “pescadores de Vitória” utilizada na Deliberação 767/2024

2.3 Situação das Pescadoras e pescadores do leste mineiro

Pauta	Discussão
Contextualização, exposição e diálogo	<p>Juliane enfatizou que a demanda dos pescadores do leste mineiro compareceu na 66ª RO da CTOS e que será concedido o espaço adequado para que o grupo faça a sua exposição. Lucas Neves, representante da Colônia Z19 do Leste Mineiro e Colônia de Rio Casca, relatou que são três pleitos, anteriores ao período de interrupção da CT-OS.</p> <p>1. Informações sobre o Novel no portal do usuário – Ajustar a categoria do pescador em danos liberados, de informais para profissionais. Solicitou ajuste ou retirar a informação da vista inicial do Novel. 2. Precificação da indenização: Danos morais e materiais e lucro cessante – erros na precificação que precisam ser corrigidos e pagas as diferenças. Informou que a documentação foi encaminhada ao MPF que deu parecer favorável. Solicitou colocar o pleito em pauta para elaboração de Nota Técnica buscando o pagamento desde o primeiro retroativo para todos os pescadores profissionais da região continental. 3. Continuidade do pagamento do Lucro Cessante após 2025, já que está inviável a retomada da atividade da pesca. Rodolfo Zuske, presidente da Colônia Z19, reiterou a necessidade de rever a precificação e sugeriu agendar reunião com a Fundação Renova e com técnicos para revisão. Júnia Zulske reiterou a importância de ajustes nas categorias de pescadores no portal do usuário. Realçou que os comprovantes de rendimentos estão saindo errado e perguntou quando será ajustado. Jóeci Lopes, Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, mencionou que o portal do usuário tem trazido problemas e agora deixaram de colocar as informações no portal, impedindo o pescador de comprovar sua renda. Cláudia Fardin, SETADES/ES, propôs solicitar informação à Fundação Renova, em colaboração com Lucas e Jóeci. Tamyris Cardoso, Seplag/MG, sugeriu notificar a Fundação Renova para justificar a ausência de informações desde 2021. Ronaldo Moysés, Fundação Renova, solicitou que os casos identificados com erro na categoria ou com dificuldades referentes aos comprovantes de rendimentos acionem a Fundação Renova para atuação individualizada. Quanto às precificações, Ronaldo Moysés informou que estão buscando resgatar a resposta dada anteriormente à CT-OS. Propôs trazer novamente a pauta. Quanto a continuidade do Lucro Cessante após 2025, relatou que é tema que tem sido tratado judicialmente, ficando difícil uma ação administrativa. Paula Vieira sugeriu resgatar o encaminhamento, de outubro de 2022. Lucas informou que o pagamento de lucro cessante afeta a toda a calha. Mirna Corrêa informou que há uma matriz de danos elaborada, que deve ser resgatada. Juliane informou que o conteúdo será tratado pelo GT PG01, PG02 e PG 21. Benilde, representante de Aimorés, lembrou que a discussão sobre a precificação foi iniciada com a SAMARCO, e os valores dos pescados são diferentes em cada território. Rodolfo Zuske considerou que o caminho é revisar a documentação e evoluir com as discussões técnicas ambientais e da biodiversidade. Armando, atingido de Aimorés/MG, disse estar preocupado com a continuidade do pagamento do AFE. Relatou que filhos de pessoas que possuem AFE deveriam ter direito de ser incluído. Antônio Carlos, Aimorés, questiona a falta de informações no Cadastro e as pessoas estão sem saber se o cadastro</p>

	ainda está ativo. PIM e Novel – pessoas que receberam indenização pelo PIM não estão conseguindo comprovar ser atingido para o sistema Novel.
Encaminhamento E67.06	A CT-OS e CT PDCS enviarão à Fundação Renova ofício intercâmaras solicitando ajustes nas informações do portal do usuário, com apoio de Lucas Neves e Jóeci Lopes.
Encaminhamento E67.07	Resgatar os encaminhamentos e documentos referentes ao lucro cessante, pauta tratada em Reuniões Ordinárias da CT-OS, para subsidiar elaboração de Nota Técnica, por meio do GT PG 01, 02 e 21

2.4 Aprovação de Nota Técnica nº 54/2024/CTOS-CIF

Pauta	Discussão
Exposição em linhas gerais e aprovação	<p>A coordenadora da CT-OS, a sra. Juliane Barroso informou que a Nota Técnica trata sobre o entendimento da Câmara a respeito da não sobreposição de benefícios AFE e Novel. Convidou Tamyris Cardoso, representante da Seplag/MG, para apresentar a Nota Técnica. Tamyris informou que a CT-OS reafirma posicionamento, de não considerar que haja sobreposição dos benefícios, devido as naturezas distintas do AFE e Novel e informou que a NT será pauta na próxima RO do CIF. Jóeci Lopes mencionou que as Comissões Locais precisam ter seus reconhecimentos, sendo citados nas atas e em Notas Técnicas. Ronaldo Moysés, Fundação Renova, solicitou esclarecimentos sobre o que é sobreposição do AFE e Novel e se a Nota Técnica reforça as decisões judiciais ou se inova em algum ponto. Perguntou se haverá espaço de debate sobre a NT na RO, para que a Fundação Renova possa contribuir. Tamyris Cardoso informou que a sobreposição foi tratada quando se tratou da quitação total. Avaliou que a Nota Técnica não inova, apenas ratifica o entendimento da Câmara Técnica desde o início, os benefícios não se sobrepõem, pois cada um deles tem uma natureza e finalidades distintas. Juliane Barroso relatou que foi percebida a necessidade de reafirmar um posicionamento da CT sobre a questão e o destaque no CIF. Reafirmou a intenção de trabalho conjunto e em parceria. Ronaldo Moysés reiterou a disponibilidade e interesse em dialogar, buscando diminuir os dissensos.</p> <p>Mirna Corrêa informou sobre o monitoramento do PG07 e agradeceu a equipe da E&Y a reunião de apresentação dos relatórios da auditoria. Solicitou à Paula Vieira, Fundação Renova, que verificasse a possibilidade da assistente social da Fundação Renova participar das reuniões da CTOS, nas quais o PG07 esteja em discussão. Juliane Barroso agradeceu a equipe da E&Y, sempre solícita às demandas da CT-OS.</p> <p>Juliane Barroso em atendimento a solicitação prévia, convidou Joeci Lopes para se manifestar sobre o evento “Encontro das bacias” que organizará e definirá a representação dos atingidos e atingidas no Sistema CIF. Jóeci Lopes, Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, mencionou o longo acompanhamento da comissão aos trabalhos do CIF. Relatou que o território 11, composto por Aracruz, Serra e Fundão, sempre participou do referido sistema. Foram criadas as comissões de cada município. As comissões do território 11 não foram convidadas para participar do encontro de bacias. Já denunciaram ao MPF e entraram com um mandato de segurança solicitando suspensão ou adiamento do encontro. Informou que o TTAC menciona comissões locais e não comissões territoriais e solicitou que as Comissões Locais possam participar e se manifestar. Liberina, Sind Pesca, relatou que a pesca também deveria estar legitimamente representada na atividade mencionada.</p>

2.5. Deliberações CIF 786 e 58

Pauta	Discussão
--------------	------------------

**Atualização da Deliberação
CIF 58/2017**

Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, destacou a Deliberação 786, de 16 de maio de 2024, que apontou a SECEX/ES como órgão catalizador das informações relacionadas aos programas que serão executados nos municípios contemplados pela Deliberação 58/2017. Mencionou que foi feito um primeiro repasse, apontando o programa de levantamento de cadastro dos impactados e que foi disponibilizada planilha com municípios diversos. Acrescentou que num segundo repasse a Fundação Renova enviou a primeira listagem dos programas prioritários de execução e os cronogramas. Juliane Barroso apresentou os dados dos cadastros nos municípios de Aracruz, Serra, Fundão, São Mateus e Conceição da Barra, se baseando em informações enviadas pela Fundação Renova, através dos documentos MRP e RMMs. Ressaltou os números significativos de descartes e tratativas e o fato de que o cadastro não foi reaberto nos territórios da Deliberação 58. Observou que não houve alterações nos pagamentos de indenizações, nem de AFES. Apontou pequenas variações nos pagamentos pelo Sistema Novel. Mencionou inconsistências na Fase 1 do cadastro, pagamento de chefe de família, desmembramento do núcleo familiar, inventários, invisibilização das mulheres, etc. Pequenas variações nos pagamentos de PIM e AFES. Solicitou esclarecimentos sobre o pagamento de agente público posta nos dados do PG21. Questionou informações sobre a previsão do PPS nos municípios da Del. 58. Solicitou que a revisão dos programas não seja motivo para o adiamento do início da execução dos programas nos municípios. Acrescentou que o compilado apresentado será enviado à SECEX/ES. Margareh Saraiva, SECEX/ES, agradeceu a inclusão do item em pauta e mencionou que a Deliberação 786 aponta um cronograma de extensão dos programas para os territórios da Deliberação 58. A coordenadora da CT-OS registrou envio de documento pela Comissão de Atingidos de Aracruz, que apontou indicações sobre o cumprimento da Deliberação 58. Registrou o recebimento do ofício do MAB, também com indicações sobre a Deliberação 58 e Juliane Barroso avaliou que os entendimentos não divergem, e apoiam a busca de soluções acertadas para as múltiplas demandas advindas do rompimento da barragem de Fundão. Jóeci Lopes, Comissão de Atingidos de Aracruz, apontou que todo o território de Aracruz precisa ter o desmembramento dos núcleos familiares, de revisão do titular cadastrado, dentre outras ações, que deixam agora de ser questões judicializadas. Cláudia Fardin, Setades/ES, propôs que se faça análise da série histórica do cadastro e pagamentos de AFES e indenizações. Mencionou o acúmulo de trabalho com o PPS nos municípios, portanto questiona a definição de início dos PPs a partir de 2025, como proposto pela Fundação Renova. Ronaldo Moysés, Fundação Renova, informou que por um melhoramento de processo, houve o aumento do número de agentes públicos, os quais são submetidos ao conselho curador. Algumas pessoas não foram anteriormente identificadas nessa condição de agente público, mas com a utilização de novas ferramentas, foram identificados agentes públicos e isso aumenta o número de pessoas recebendo AFES. Dhiego Pansini de Souza, Fundação Renova, relatou que o item 1 da Deliberação 58 foi inicialmente apresentado e reapresentado após apontamentos da CT-OS sobre o Cadastro. Já buscaram delimitar e dar mais clareza às informações no RMM e em seguida apresentaram a listagem de programas para o território. Estão seguindo as proposições da deliberação, respeitando sua sequência. Relatou que alguns programas já estão nas novas áreas, outros em planejamento, e existe um conjunto de programas, vinculados ao processo de revisão do escopo do programa, nos quais os critérios de elegibilidade precisam estar mais claros. Considerou que as sentenças trazem desafios adicionais, pois demandam reavaliações de proposições e rotas. Ressaltou que estão considerando as dimensões apresentadas pela CT, mas estão buscando avançar com clareza entre as partes. Juliane Barroso chamou atenção para a necessidade de se dar respostas, pois há 09 anos que o processo de reparação se arrasta e reforça que a revisão não seja justificativa para protelar a execução. Karolina Vasconcelos, Prefeitura Municipal de Mariana, solicitou esclarecimentos sobre o início das atividades, e perguntou se o planejamento já está pronto. Margareth Saraiva, Secex/ES, mencionou que a deliberação 786 demarca tempos, e a retomada do Programa de Levantamento e

	<p>de Cadastro de Impactados (PG-01), em 30 dias, deve ter o prazo contado a partir do dia 25/04/2024, data de publicação da decisão do TRF, portanto, não aguarda o item 3 e 4 da Deliberação 786. Acrescentou que as evidências de retomada do PG-01 serão apresentadas e acompanhadas pela CT-OS. Com relação à premissa de que programas com escopos não aprovados devem aguardar o processo de revisão, avaliou que mesmo tendo programas com escopos não aprovados, suas ações e projetos estão em execução e isso deve ser levado em consideração, pois os prazos de revisão não estão pacificados, então a premissa precisa ser revista. Margareth Saraiva informou, ainda, que o cumprimento da deliberação será pauta na próxima RO do CIF.</p> <p>Renato Miranda, Secex/CIF, informou que a IAJ está pedindo manifestação sobre as multas e destinação dos valores já depositados. Sugeriu que os valores sejam destinados aos municípios impactados – São Mateus, Fundão, Serra, Aracruz e Conceição da Barra. Acrescentou que pretende acompanhar da melhor maneira possível a Deliberação 784. Dhiego Pansini, Fundação Renova, relatou que estão alinhados com o timing de implantação do item 1 da deliberação 786, que o atendimento pelo cadastro avançou nas novas áreas e por isso demonstraram o atendimento. Mencionou que o conceito de descartado diz respeito ao tratamento de pedidos duplicados. Renato Cardoso (MPA) teceu considerações sobre o PG02 apontou inconsistência na tabela por município e estado – cadastros liberados, acordos finalizados e pagamentos. Apontou que, considerando os dados de maio e abril, 95% dos dados estão errados. Todas as 4 colunas apresentam números diferentes e as tabelas apresentam os municípios em ordens diferentes em cada uma das tabelas, dificultando a conferência. Juliane Barroso sugeriu que esses apontamentos sejam feitos em momento específico, em reunião on line.</p>
Encaminhamento E67.08	A CT-OS encaminhará à Secex CIF o compilado das informações apresentadas nesta Reunião
Encaminhamento E 67.09	Realizar reunião do GT PIM, Cadastro, AFE com a Fundação Renova para revisão dos RMMs – A data da reunião será definida no dia 23/09/2023, na 68ª RO

Não havendo mais considerações por parte dos membros, e como todos os pontos da pauta foram tratados, às dezessete horas e dez minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e quatro, a senhora Juliane de Araújo Barroso, coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS, finalizou a reunião agradecendo a participação de todas e todos.

Registro que a presente Ata foi aprovada no dia 20 de setembro de 2024, na 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio emergencial – CT-OS/CIF

Juliane de Araújo Barroso
Coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social
e Auxílio emergencial – CT-OS/CIF

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JULIANE DE ARAÚJO BARROSO
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL III QCE-01
SUBAAD - SETADES - GOVES
assinado em 07/10/2024 15:52:06 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/10/2024 15:52:06 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JULIANE DE ARAÚJO BARROSO (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL III QCE-01 - SUBAAD - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-891208>